

# **Demonstrações Contábeis**

## **Aqua-Foz - Aquário de Foz do Iguaçu S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

# **Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.**

## **Demonstrações contábeis**

31 de dezembro de 2022

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos  
Diretores e Acionistas da  
**Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre este assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### **Emissão de debêntures não conversíveis em ações**

Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 04 de agosto de 2022, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

O montante captado foi R\$ 32.000 mil, as debentures possuem um custo pós-fixado de 100% da variação do Certificado de Depósito interbancário (CDI) e custo pré-fixado de 3,9% ao ano. Os juros são pagos trimestralmente, desde a data de emissão e o pagamento do principal das debêntures será amortizado em 7 parcelas semestrais consecutivas. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das debêntures corresponde a R\$ 31.218 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e dos eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis e liquidez da Companhia no caso de não atingimento dos índices financeiros a serem apurados.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incluíram: (a) análise da escrituração e respectivos termos relacionados às debêntures; (b) confirmação externa do saldo junto ao agente fiduciário; (c) recálculo dos juros e; (d) entendimento junto à administração dos controles internos relevantes ao registro das debêntures.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as debêntures, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração do referido instrumento financeiro adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações efetuadas na nota explicativa 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## **Outros assuntos de auditoria**

### **Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S. Ltda.  
CRC-SP015199/F



Felipe Sant' Anna Vergete  
Contador CRC-RJ106842/O

# Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.



## Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021 (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.410	-
Adiantamento a terceiros		2	-
Tributos a recuperar		143	-
Total do ativo circulante		29.555	-
Imobilizado	5	18.995	14.161
Total do ativo não circulante		18.995	14.161
Total do ativo		48.550	14.161
	Nota	2022	2021 (não auditado)
Passivo			
Circulante			
Debêntures	6	786	-
Fornecedores	7	232	-
Tributos a recolher		4	-
Dividendos a distribuir	8	-	-
Imposto de renda e contribuição social		5	-
		1.027	-
Não circulante			
Debêntures	6	30.432	-
		30.432	-
Total do passivo		31.459	-
Capital social	8	17.193	11.000
Prejuízos acumulados		(102)	-
Total do patrimônio líquido		17.091	11.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.161
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis		17.091	14.161
Total do passivo e patrimônio líquido e recursos capitalizáveis		48.550	14.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.



### Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 09 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021 (não auditado)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(77)	-
Resultado operacional		(77)	-
Despesas financeiras		(20)	-
Receitas financeiras		-	-
Resultado financeiro, líquido		(20)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(97)	-
Imposto de renda e contribuição social		(5)	-
Prejuízo líquido do exercício		(102)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.



### Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2022 e período de 09 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	<b>(102)</b>	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b>(102)</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Aqua-Foz Aquario de Foz do Iguaçu S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 09 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)



	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
Integralização do capital social em 09 de julho de 2021	11.000	-	11.000
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	11.000		11.000
Prejuízo líquido do exercício	-	<b>(102)</b>	<b>(102)</b>
Integralização de capital - Nota 8	<b>6.193</b>	-	<b>6.193</b>
Em 31 de dezembro de 2022	<b>17.193</b>	<b>(102)</b>	<b>17.091</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Aqua-Foz Aquario de Foz do Iguaçu S.A.



### Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2022 e período de 09 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(97)	-
	-	-
	-	-
	<u>(97)</u>	-
Variações nos ativos e passivos:		
Tributos a recuperar	(143)	-
Adiantamentos a terceiros	(2)	-
Fornecedores	232	-
Tributos a recolher	4	-
	<u>(6)</u>	-
Caixa proveniente das operações	(6)	-
Juros pagos	(856)	-
	<u>(862)</u>	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(862)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.909)	(3.161)
	<u>(2.909)</u>	(3.161)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.909)	(3.161)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de debêntures	30.149	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.161
Aumento de capital	3.032	-
	<u>33.181</u>	3.161
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	33.181	3.161
Redução (geração) líquida de caixa e equivalentes de caixa	29.410	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>29.410</u>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 1. Informações gerais

### Contexto operacional

O Aqua-Foz Aquario de Foz do Iguaçu S.A. (a “Companhia”), constituído em 9 de julho de 2021, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, tem por objeto social a implantação, a construção, a manutenção e a operação do “Aquário da cidade de Foz do Iguaçu” o qual encontra-se em processo de finalização das licenças para início efetivo das obras.

O objetivo da Companhia é operar um equipamento moderno e multifuncional de lazer, entretenimento, cultura, pesquisa e educação ambiental, criando a oportunidade da cidade de Foz do Iguaçu oferecer a visitação de um espaço único com atrações e tecnologias inovadoras.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de abril de 2023.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.



## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.3. Classificação corrente versus não corrente**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

(i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem

direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### **2.4. Mensuração do valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4. Mensuração do valor justo--Continuação**

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, como base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a companhia determina se ocorreram transferência entre níveis de hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período divulgado.

### **2.5. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras e depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Conforme descritos na nota 9.



## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

#### Ativos financeiros--Continuação

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também não são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumento de hedge eficazes. A companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge".

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.



## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

#### Ativos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação**

#### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia, ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **2.7. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamentos para projetos em construção de longo prazo, caso os critérios para reconhecimento sejam atendidos.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.7. Imobilizado--Continuação**

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido e passado o controle ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações - 25-40 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação e amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

### **2.8. Tributação**

As receitas financeiras estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas a seguir:

<b>Nome do tributo</b>	<b>Sigla</b>	<b>Alíquotas Lucro real</b>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	4%

Esses encargos são apresentados como despesas financeiras na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 25% e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.



## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.8. Tributação--Continuação**

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações contábeis.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

### **2.9. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

### **2.10. Receitas e despesas financeiras**

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados.



## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.11. Custo de empréstimos**

Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

### **2.12. Novas normas, alterações e interpretações de normas vigentes em 31 de dezembro de 2022.**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alterações aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023:

- IFRS 17 - Contratos de seguro equivalente ao CPC 50.
- Alteração ao IAS 1/ CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis
- Alteração ao IAS 1 / CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 (equivalente a Revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### **2.13. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia e de suas controladas.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022**

A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A Administração da Companhia concluiu que as atualizações mencionadas acima não gerar impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

### **2.15. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões, quando houver, serão constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2021 e 2022 não havia ações cuja perda estimada era considerada provável para fins de provisionamento e perda possível para fins de divulgação em nota explicativa.

### Provisões para perdas por redução do valor recuperável em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC's)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *redução ao valor recuperável* na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2022 nenhuma provisão para perda por redução do valor recuperável em ativos não financeiros foi registrado.

## 3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

#### Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis, quando aplicável, são elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui registrado estimativas ou premissas contábeis relevantes.

## Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)



### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021 (não auditado)
Aplicações financeiras - Certificados de Depósitos Bancário (CDBs)	29.410	-
	<b>29.410</b>	-

As aplicações financeiras de liquidez diária são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas a uma taxa efetiva de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

### 5. Imobilizado

#### a) Composição do saldo imobilizado

Custo	Imobilizado		
	Obras em andamento	Terrenos	Total Imobilizado
Integralização com terreno	-	11.000	11.000
Adições	2.934	227	3.161
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.934</b>	<b>11.227</b>	<b>14.161</b>
Adições (*)	4.834	-	4.834
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.768</b>	<b>11.227</b>	<b>18.995</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.934</b>	<b>11.227</b>	<b>14.161</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.768</b>	<b>11.227</b>	<b>18.995</b>

(\*) Das adições do exercício houve o impacto de R\$ 1.925 relacionados a juros das debêntures associados a construção do ativo e (1.283) referente a rendimentos de aplicações financeiras dos valores de debêntures mantidos em caixa temporariamente.

Os valores registrados em obras em andamento referem-se aos gastos com licenças do projeto em construção do Aquário Marinho de Foz do Iguaçu. As obras estão previstas para serem concluídas no exercício de 2024.



## 6. Debêntures

Modalidade	2021 (não auditado)	Captação	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2022
Custo de captação - Debentures		(1.851)			83	(1.768)
Debêntures não-conversíveis públicas	-	32.000	-	(856)	1.842	32.986
		30.149		(856)	1.925	31.218
Circulante						786
Não circulante	-					30.432

### a) Informações sobre as debêntures

Em 04 de agosto de 2022 a Companhia procedeu com a 1ª emissão de debêntures não-conversíveis, no valor de R\$ 70.000, sendo a 1ª série no montante de R\$ 32.000 com recebimento líquido dos recursos ainda em agosto de 2022, e a 2ª série no montante de R\$ 38.000 ainda pendente de sua liberação. As debentures possuem um custo pós-fixado de 100% da variação do Certificado de Depósito interbancário (CDI) e custo pré-fixado de 3,9% ao ano. Os juros serão pagos trimestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 25 dos meses de outubro, janeiro, abril e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de outubro de 2022, e a última na data de vencimento em 2027.

O pagamento do saldo principal das debêntures será amortizado em 7 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 25 dos meses de janeiro a julho de cada ano, sendo a primeira parcela em 2024 e as demais parcelas serão devidas nas respectivas datas de amortização das debêntures, sendo o seu início em 25 de julho de 2024 e o final em 2027.

### b) Cláusulas restritivas (“covenants”)

A primeira emissão de debêntures possui cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

- (1) Cálculo da dívida líquida pelo EBITDA, cujo índice financeiro é obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado da acionista Cataratas do Iguaçu S.A. (“Fiadora”), sendo o fator de 2022 deve ser menor ou igual a 4,5. Para os anos subsequentes, deverá apresentar dívida líquida dividida pelo EBITDA da Fiadora menor que 3, até a data de vencimento das Debêntures;

## Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.

### Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)



## 6. Debêntures--Continuação

### b) Cláusulas restritivas ("covenants")--Continuação

- (2) Capital social integralizado até o 2º aniversário do início da implementação do projeto no montante igual ou superior a R\$ 23.243.

Em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia avaliou que foram atendidos os índices financeiros mencionados acima.

#### Garantias

Em relação a primeira debênture foi oferecido como garantia: Hipoteca do imóvel, terreno avaliado em R\$ 11.000 e cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade do Aqua-Foz Aquário Marinho de Foz do Iguaçu S.A.

### c) Cronograma de amortização da dívida de longo prazo

	<u>2022</u>
2024	3.905
2025	1.429
2026	3.915
2027	<u>21.183</u>
	<u><u>30.432</u></u>

## Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.

### Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)



## 7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores no valor de R\$ 232 em dezembro de 2022, se refere a obrigações a pagar para atividades recorrentes e operacionais da empresa relacionados a construção e estruturação do projeto.

## 8. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social integralizado é de R\$17.193 (R\$ 11.000 em dezembro de 2021 - Não auditado), estando divididos em 11.000.000 ações ordinárias em ambos os exercícios. O valor médio unitário em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1,56 (um real e cinquenta e seis centavos) (Em 31 de dezembro de 2021 o valor unitário era de R\$1,00).

Acionista	31 de dezembro de 2022		Capital Social (R\$)	% de Participações
	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais		
Cataratas do Iguaçu S.A.	11.000.000	-	17.193	100,00%
<b>Total</b>	<b>11.000.000</b>	<b>-</b>	<b>17.193</b>	<b>100,00%</b>

### b) Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFACs")

São representados por recursos obtidos, que serão utilizados em futura integralização de capital, no valor total de R\$ 0 (R\$ 3.161 em 31 de dezembro de 2021 - Não auditado). Em 27 de junho de 2022, foi aprovado através da Ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária e 1ª Assembleia Geral Extraordinária a integralização dos AFACs em capital social no montante de R\$ 6.174 sem a emissão de novas ações. E ainda no exercício de 2022, em 30 de dezembro de 2022, foi aprovado através da Ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária a integralização dos AFACs em capital social no montante de R\$ 19 sem a emissão de novas ações.

### c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo não sendo constituído reserva legal.



## **8. Patrimônio líquido--Continuação**

### **d) Distribuição de dividendos**

Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 75% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo, não sendo constituído dividendos obrigatórios no exercício.

## **9. Instrumentos financeiros**

### **Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

*Nível 1* - Dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente.

*Nível 2* - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

*Nível 3* - Dados extraídos de modelo de preço baseado em dados não observáveis de mercado.

## Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.

### Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)



## 9. Instrumentos financeiros--Continuação

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, em 30 de dezembro de 2022:

	Nível	Valor contábil	Valor Justo
		2022	2022
Ativos			
Mensuradas ao valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	2	29.410	29.410
Mensurado ao custo amortizado			
Adiantamento a terceiros	2	2	2
		<b>29.412</b>	<b>29.412</b>
Passivos			
Mensuradas ao custo amortizado			
Debêntures	2	31.218	32.986
Fornecedores	2	232	232
		<b>31.450</b>	<b>33.218</b>

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

## 10. Gestão de capital

Um dos principais índices para monitorar a estrutura de capital é o índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das debêntures (incluindo circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2022
Total das debêntures (Nota 6)	31.218
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(29.410)
Dívida líquida (a)	1.808
Total do patrimônio líquido (b)	18.095
Total do capital (a) + (b)	19.903
Índice de endividamento líquido - %	9,08%